

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS S/A

CNPJ: 95.179.461/0004-22

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	115.064	210	Fornecedores	8.194	8.562
Contas a receber de clientes	18.496	15.143	Obrigações sociais	1.067	745
Estoques	449	470	Obrigações tributárias	2.951	665
Impostos a recuperar	3.135	929	Outros passivos	18	2.296
Outros ativos	113	147	Passivos Arrendados	1.286	-
Total do ativo circulante	137.257	16.900	Total do passivo circulante	13.516	12.268
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Depósito Judicial	20	20	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	10	184
Imposto de renda e contribuição social diferidos	309	21	Débitos com partes relacionadas	111.491	1.855
Outros ativos	241	241	Passivos Arrendados	3.901	1.969
Investimentos	769	926	Adiantamentos para futuro aumento de capital	9.700	11.000
Imobilizado	14.501	13.042	Outros passivos	10	2.498
Intangível	10.015	10.107	Total do passivo não circulante	125.112	17.506
Direito de Uso de Ativos Arrendados	4.854	1.908	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Total do ativo não circulante	30.709	26.265	Capital Social	28.366	17.366
TOTAL DO ATIVO	167.966	43.164	Reserva legal	247	-
			Reserva de lucros	725	-
			Prejuízos acumulados	-	(3.976)
			Total do Patrimônio Líquido	29.338	13.390
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	167.966	43.164

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	58.728	43.234
Custo dos serviços prestados	(36.139)	(30.931)
LUCRO BRUTO	22.589	12.303
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(14.141)	(16.941)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(667)	(44)
Resultado de equivalência patrimonial	(156)	112
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.625	(4.570)
Receitas financeiras	267	47
Despesas financeiras	(1.401)	(454)
RESULTADO FINANCEIRO LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6.491	(4.977)
Correntes	(1.831)	-
Diferidos	288	21
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	4.948	(4.956)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Resultado do exercício	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	8.748	-	980	-	-	9.728
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.956)	-	(4.956)
Integralização de capital	8.618	-	-	-	-	8.618
Constituição de reserva	-	-	(980)	980	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	17.366	-	-	(3.976)	-	13.390
Resultado do exercício	-	-	(3.976)	3.976	4.948	4.948
Integralização de capital	11.000	-	-	-	-	11.000
Constituição de reserva	-	247	4.701	-	(4.948)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	28.366	247	725	-	-	29.338

DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	31/12/2020	31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	4.948	(4.956)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	4.948	(4.956)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	4.948	(4.956)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	6.241	5.640
Provisões para perda de liquidação duvidosa e glosas	(97)	2.823
Juros sobre arrendamento mercantil	329	-
Baixa de ativo imobilizado	-	27
Equivalência patrimonial	156	(112)
Provisões (reversões) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(173)	164
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(288)	(21)
	11.116	3.565
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber de clientes	(3.256)	(8.245)
Estoques	22	8
Impostos a recuperar	(1.705)	(624)
Depósito judicial	-	(14)
Outros ativos	34	(71)
Fornecedores	(368)	3.475
Salários e encargos	322	277
Obrigações tributárias	3.185	3.587
Outros passivos	(4.767)	4.794
Caixa gerado pelas operações	4.583	6.752
Juros pagos	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.401)	(4.261)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	3.182	2.491
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(6.393)	(20.290)
Integralização de capital	-	8.619
Baixa de ativo imobilizado	3	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(6.390)	(11.671)
FLUXO DE CAIXA E ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamento mercantil AFAC	(1.275)	(1.329)
Dividendos pagos	9.700	11.000
Mútuo com partes relacionadas	-	225
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	118.062	8.615
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.854	(565)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	210	775
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	115.064	210
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	114.854	(565)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. INFORMAÇÕES GERAIS: Centro de Quimioterapia Oncoclínicas S.A. ("Companhia"). O Centro de Quimioterapia Oncoclínicas S.A., localizada em Porto Alegre/RS, atua em Oncologia Clínica. É acionista controladora da Oncoclínicas Canoas Clínica de Oncologia Ltda., localizada na cidade de Canoas/RS. **Pandemia de Covid 19** - Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. Quando analisamos o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros da Companhia até o final do ano, identificamos que houve uma redução nos procedimentos oncológicos no 2º trimestre, com uma recuperação no 3º e 4º trimestres, devido a diversas campanhas de incentivo ao diagnóstico e tratamento do câncer. Ademais, a Companhia tomou algumas medidas estratégicas como reforço da posição de caixa e de estoques e campanhas para conscientização do paciente oncológico com o objetivo de evitar a interrupção do tratamento e suas indesejáveis consequências. A Companhia avaliou, e permanece monitorando, todos os possíveis impactos da pandemia nas estimativas e perdas de valor justo e impairment de seus ativos, bem como os riscos relacionados aos seus investimentos, crédito, juros, câmbio, preço de ações, cotas de fundos de investimento e arrendamentos, todos descritos em suas respectivas notas explicativas. **2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do CPC 10 (R1), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do CPC 06 (R2) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo,

como valor líquido a realizar mencionado no CPC 16 (R1) - Estoques ou valor em uso no CPC 01 (R1) - Redução do Valor Recuperável de Ativos. A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos e utilize certas estimativas e premissas contábeis críticas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3. A Administração da Companhia também aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 7, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que de fato auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis deixem de ser atendidos. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na gestão do negócio. **Continuidade operacional** - A administração tem, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. **2.2. Investimento e Consolidação** - A Companhia não apresentou as demonstrações financeiras consolidadas em virtude da sua acionista controladora ter disponibilizado ao público as suas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36. Nas demonstrações financeiras da sociedade controladora, as informações financeiras das sociedades controladas e das coligadas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.3. Moeda funcional:** Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e também a moeda de apresentação pela Companhia. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com liquidez em até três meses contadas da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **2.5. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros** - Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos financeiros, que determina a classificação dos ativos em três categorias: i) mensurados a valor justo por meio de resultado, ii) mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e iii) mensurado ao custo amortizado. Estas classificações são baseadas no modelo

CENTRO DE QUIMIOTERAPIA ONCOCLINICAS S/A

CNPJ: 95.179.461/0004-22

de negócio adotado pela administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. **Ativo financeiro** - Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. **Classificação** - Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. **Reconhecimento e mensuração** - Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são registrados na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos e passivos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando existentes, são apresentados na demonstração do resultado em “Resultado financeiro” no período em que ocorrem. **Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **“Impairment” de ativos financeiros** - A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são reconhecidas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.6. Contas a receber de clientes** - Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos menos a glosa e a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD” ou “impairment”), considerando o conceito de perdas esperadas. **2.7. Estoques**: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição. **2.8. Imobilizado**: (i) Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. Todos os gastos necessários para a imobilização são registrados como custo das imobilizações, incluindo os custos de

empréstimos e financiamentos relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros, associados com os gastos, serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais” no resultado. (ii) Depreciação - Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, no dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A vida útil estimada é revisada anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a vida útil está assim demonstrada: 10 anos (ou 10% a.a.) para “Máquinas e equipamentos”, “Instalações Móveis e utensílios” e “benfeitorias em imóveis de terceiros”; e 20 anos (ou 20% a.a.) para “Computadores e periféricos”. **2.9. Ativos intangíveis**: Ativos intangíveis com vida útil definida São reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. **2.10. Arrendamento Mercantil**: A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Companhia usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. **2.11. Fornecedores**: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal, que se aproxima do valor justo na data da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de juros efetivos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social**: A Companhia realiza a apuração do imposto de renda e contribuição social através do lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados sobre a receita apurada no trimestre, aplicados os percentuais de presunção sobre as mesmas, de acordo com a respectiva natureza. O percentual de presunção a ser aplicado para o IRPJ é de 8% e para a CSLL de 12%, sendo que as receitas financeiras deverão ser consideradas integralmente. Apurada a base de cálculo, para o cálculo do IRPJ, aplica-se a alíquota de 15% e de 10% sobre a base de cálculo tributável excedente de R\$ 60. Já para o cálculo da CSLL, aplica-se o percentual de 9% sobre a base de cálculo apurada. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. **2.13. Reconhecimento de receitas**: (i) **Serviços** - A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia quando possa ser mensurada de forma confiável e com base na medição dos serviços prestados. A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é verificado conforme avaliação dos médicos em relação aos tratamentos médicos de cada paciente. A receita líquida é mensurada com base no valor nominal que se aproxima ao valor justo da contraprestação a ser recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre venda. A Companhia avalia as transações de receita de

acordo com os critérios estabelecidos na norma para determinar que atua como principal em todos os seus contratos de receita. A Companhia administra e controla os produtos e serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência. (ii) **Receitas financeiras** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de juros efetivo. **2.14. Distribuição de dividendos**: A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.15. Outros ativos e passivos**: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente de transferir um recurso econômico como resultado de evento passado. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.16. Partes relacionadas**: As transações entre partes relacionadas são compostas por contas a receber de sócios, dividendos a receber, mútuos a receber e a pagar com sociedades coligadas e adiantamentos para futuro aumento de capital em sociedades controladas. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS** : As estimativas e os julgamentos contábeis são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo: (a) **Reconhecimento da receita** - A receita dos serviços médicos prestados é reconhecida com base no estágio de conclusão do serviço na data das demonstrações financeiras. No caso dos convênios, a Companhia aplica a tabela contratual de preços. De forma geral, as notas fiscais são emitidas quando o convênio aprova a remessa de procedimentos enviada previamente para análise. Os valores dos serviços prestados para os quais o faturamento ainda não foi autorizado são reconhecidos como “Receitas a faturar”. (b) **Provisão para crédito de liquidação duvidosa** - A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber estão divulgadas na nota explicativa nº5. Em caso de crédito contra devedor declarado falido ou pessoa jurídica declarada concordatária, esses deverão ser provisionados integralmente pelo valor do crédito deduzido por eventuais garantias reais oferecidas pelo devedor. A caracterização da glosa ocorre no momento do recebimento dos créditos. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado. Devido à natureza da glosa, o critério para o provisionamento dessa, segue as regras definidas pela política interna da Companhia, considerando as perdas históricas e esperadas. (c) **Valor justo de instrumentos financeiros**: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser mensurado com base em preços cotados nos mercados ativos, o valor justo é mensurado com base em técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. Os inputs considerados nesses modelos são obtidos de mercados observáveis, quando possível. Nas situações em que esses inputs não podem ser obtidos de mercados observáveis, um grau de julgamento é necessário para estabelecer os respectivos valores justos. Os julgamentos associados incluem avaliação do risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas relativas a esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros

Diretoria

Diretor administrativo - Luis Roberto Natel de Almeida
Diretor financeiro - Eric Alexandre Alencar

Contador

Bráulio Rios Sá - CRC 117577/O-2